



SEGURANÇA PÚBLICA

# Motta banca votação de PL, mesmo sem consenso

Presidente da Câmara diz que parecer do projeto antifacção é “a resposta mais dura da história do Parlamento no enfrentamento do crime organizado”, mas texto é alvo de críticas. Governistas reclamam de impactos à PF; oposição quer incluir tema do terrorismo

» DANANDRA ROCHA  
» WAL LIMA

O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), anunciou para hoje a votação em plenário do PL Antifacção, rebatizado de Marco Legal de Combate ao Crime Organizado. O texto, porém, ainda não tem consenso. Parlamentares governistas reclamam de trechos do parecer elaborado pelo deputado Guilherme Derrite (PP-SP), que, segundo afirmam, enfraquecem o combate ao crime organizado. Já opositoristas insistem em incluir no projeto a equiparação de traficantes a terroristas.

“Segurança pública exige firmeza, mas também garantias e eficiência institucional. Por isso, inseri na pauta de amanhã (terça-feira), e a Câmara dos Deputados vai votar, o Marco Legal de Combate ao Crime Organizado. É a reposta mais dura da história do Parlamento no enfrentamento do crime organizado”, sustentou Motta nas redes sociais.

Ele enfatizou que “o projeto aumenta as penas para integrantes de facções e dificulta o retorno às ruas”. Segundo ele, “também cria e integra os Bancos Nacional e Estaduais de Dados sobre as Organizações Criminosas”.

Derrite foi escolhido por Motta para relatar o PL Antifacção, enviado pelo Executivo, mas governistas afirmam que o parlamentar tem distorcido o texto. Licenciado do cargo de secretário de Segurança Pública de São Paulo, o deputado já apresentou quatro versões de relatório, todas contestadas, seja por governistas, seja pela oposição. Existe a possibilidade de ele apresentar uma quinta versão do projeto hoje.

A **Correio**, Derrite reforçou que o parecer representa um marco histórico na legislação penal brasileira: “A expectativa é de que todos analisem o relatório de forma técnica, pois, se assim o fizerem, vão constatar que temos uma oportunidade única de aprovar a lei mais severa dos últimos 40 anos do Congresso Nacional, que punirá adequadamente os criminosos no Brasil. O crime organizado vive de comunicação e dinheiro — e o Marco Legal fecha essas duas torneiras”, sustentou Derrite.

O líder do PT na Câmara, Lindbergh Farias (RJ), defendeu, porém, a troca de relator. Ele afirmou que a condução do parecer elaborado por Derrite provocou retrocessos e suspeitas sobre eventuais interesses na desidratação dos mecanismos de investigação e asfixia financeira do crime organizado.

Segundo Lindbergh, Motta poderia ter evitado a crise ao nomear

um relator “neutro” e disposto a trabalhar com a base do texto enviado pelo governo.

“Se o presidente Hugo Motta quisesse corrigir essa confusão toda, ele conversaria com o relator Derrite, explicaria as motivações e escolheria outro relator. Nem precisa ser nosso, há vários nomes do Centrão. Mas que partisse do texto do governo. Por que ele não coloca o PL Antifacção? Porque não quer reconhecer que foi enviado pelo Executivo”, afirmou.

O líder ainda citou três pontos “inegociáveis” para a base de Lula: recompor o perdimento extraordinário de bens, restaurar os recursos da Polícia Federal e retomar, no texto, o tipo penal de facção criminosa. Ele frisou que o relatório atual desmonta instrumentos essenciais de combate ao crime organizado.

“O perdimento de bens foi desmontado. Parece uma tentativa de proteger alguém envolvido com organização criminosa”, criticou. Ele reiterou que o corte de R\$ 360 milhões da PF segue no relatório mais recente. “Recompor o orçamento da PF é central”, enfatizou.

## Soberania

Sobre o destaque que tenta re-inserir trechos relativos ao crime de terrorismo, Lindbergh ressaltou que o governo trabalhará para derrotá-lo, afirmando que bancos, fundos de investimento e instituições financeiras já alertaram sobre os riscos ao Brasil.

“Quando um país é classificado como terrorista, fundos internacionais não podem investir. Isso afeta a Bolsa e pode mexer até na classificação de risco. O ministro Haddad (da Fazenda) me falou isso. Não vamos aceitar aventuras”, justificou.

Já o líder do PL na Câmara, Sóstenes Cavalcante (RJ), afirmou que insistirá na apresentação do destaque que equipara traficantes e integrantes do crime organizado a terroristas. Ele refutou o risco de afastar investidores ou abrir brechas para interferência internacional. “O que afasta investimento é o crime organizado. Não existe esse risco de intervenção. O que há é insegurança provocada por criminosos”, frisou.

Apesar de defender um debate mais prolongado, Sóstenes afirmou que a bancada do PL votará o texto. Segundo ele, o Executivo pressiona pela votação para evitar desgaste. “O governo está incomodado e sabemos o porquê. O governo é um fracasso na segurança pública. (...) Já que o governo tem medo do assunto e quer votar amanhã, não tem problema: votaremos a favor e apresentaremos o destaque.”

Bruno Spada / Câmara dos Deputados



O deputado Guilherme Derrite conversa com o presidente da Câmara, Hugo Motta: relator deve apresentar uma quinta versão do parecer



**Segurança pública exige firmeza, mas também garantias e eficiência institucional. A Câmara dos Deputados vai votar o Marco Legal de Combate ao Crime Organizado. É a resposta mais dura da história do Parlamento no enfrentamento do crime organizado”**

**Hugo Motta (Republicanos-PB),**  
presidente da Câmara

## Associações criticam texto

Às vésperas da votação do PL Antifacção, na Câmara, a Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro (Faferj) criticou a proposta. A nota, enviada ao **Correio** e assinada pelo presidente da entidade, Rossino de Castro Diniz, reprovou trecho do texto que prevê o endurecimento de penas e a ampliação de instrumentos de vigilância. Afirmou, ainda, que políticas centradas exclusivamente na repressão “têm falhado reiteradamente” e, em alguns casos, resultado em operações policiais mais violentas.

“A criminalidade nas favelas e periferias está intrinsecamente ligada à ausência do Estado em áreas como educação, saúde, emprego, moradia e cultura. Sem investimentos sólidos nessas áreas, qualquer medida repressiva será insuficiente e poderá servir como justificativa para operações policiais ainda mais violentas, como as que recentemente resultaram no Massacre dos Complexos da Penha e do Alemão”, disse a entidade.

A Faferj ainda citou os conceitos de “organização criminosa ultraviolenta” e “domínio social estruturante”,

incluídos no relatório do projeto. Para a entidade, falta clareza técnica nesses termos, e são preocupante pois, abrem “margem para interpretações amplas e arbitrárias, podendo criminalizar movimentos sociais, lideranças comunitárias e até mesmo a própria organização popular”.

Como alternativa de combate ao crime organizado, a federação defende ações integradas, com investimentos massivos em educação em tempo integral, saúde pública de qualidade, geração de emprego e renda, urbanização das favelas e ampliação do acesso à cultura e ao lazer.

Para a entidade, fortalecer esses pilares é condição indispensável para reduzir vulnerabilidades e ampliar oportunidades, além da desmilitarização das polícias e o fim da chamada “guerra às drogas” como paradigma de segurança pública.

Por fim, a Faferj ressaltou que moradores das favelas devem ser incluídos na formulação das políticas de segurança, garantindo que as ações do poder público possam atender às necessidades reais das comunidades.

## Castro

Ontem, o governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro, disse ter enviado ao ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), o material complementar solicitado sobre a megaoperação policial. A ação deixou 121 mortos e segue sob investigação da Corte no âmbito da ADPF 635, conhecida como “ADPF das Favelas”. “Vão em forma digital (as informações), 100% do que o ministro relator solicitou foi respondido, inclusive os arquivos que ele precisava”, declarou Castro.

Moraes havia determinado que o governo preservasse todas as imagens captadas pelas câmeras corporais de policiais civis e militares que participaram da Operação Contenção. O ministro também ordenou o envio da lista completa dos agentes envolvidos, além de cópias de todos os laudos necroscópicos das vítimas. Ele cobrou, ainda, os relatórios de inteligência e documentos policiais que fundamentaram a deflagração da operação. **(Wal Lima e Rafaela Gonçalves)**

Ed Alves CB/DA Press



Andrei Rodrigues será ouvido na comissão instalada no Senado

## Diretor da PF na CPI do Crime Organizado

» ALÍCIA BERNARDES

A CPI do Crime Organizado inicia, hoje, a fase de depoimentos, com a presença do diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues, e do diretor de Inteligência Policial da corporação, Leandro Almada da Costa. Ambos atendem a convite apresentado pelo relator da comissão, senador Alessandro Vieira (MDB-SE), que pretende colher informações estratégicas sobre a atuação das facções criminosas no país e o avanço de suas estruturas econômicas e territoriais.

Instalada em 4 de novembro e presidida pelo senador Fabiano

Contarato (PT-ES), a CPI é composta por 11 titulares e sete suplentes. O colegiado busca compreender o grau de infiltração das organizações criminosas nos estados, o funcionamento das redes de lavagem de dinheiro e o impacto dessas estruturas na segurança pública nacional. Vieira considera fundamental ouvir a cúpula da PF para consolidar um diagnóstico atualizado sobre o poder das facções, milícias e grupos de atuação transnacional que movimentam recursos bilionários.

Durante a sessão desta terça-feira, os senadores também devem questionar a atuação da PF no

apoio à Secretaria de Segurança do Rio de Janeiro, após a megaoperação realizada no fim de outubro, nos complexos do Alemão e da Penha, que resultou em 121 mortes.

A investigação a respeito da dinâmica dessa operação e o papel das forças federais na articulação com órgãos estaduais é vista como um dos pontos sensíveis da CPI, que tem enfrentado pressões políticas no debate sobre segurança pública.

Amanhã, o colegiado ouvirá o diretor de Inteligência Penal da Senappen, Antônio Glautter de Azevedo Moraes, e o promotor de Justiça Lincoln Gakiya,

uma das principais referências no combate ao PCC.

Integrante do Gaeco, Gakiya investiga a facção desde o início dos anos 2000 e vive sob ameaça de morte há duas décadas. A participação dele é considerada essencial para esclarecer a expansão internacional do grupo e suas conexões com estruturas de lavagem de dinheiro e tráfico de drogas.

A comissão terá 120 dias para apresentar um relatório sobre o funcionamento e a expansão das organizações criminosas, com propostas para aperfeiçoar a legislação e fortalecer mecanismos de investigação.